

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Liberal*

Class.: 81

Data: *1 de maio de 1983*

Pg.: _____

Lucio Flavio Pinto

Jari: um prejuízo de Cr\$ 48 bilhões

A Companhia Florestal Monte Dourado responsável pelo Projeto Jari na condição de sucessora, a partir de janeiro do ano passado, do milionário norte-americano Daniel Ludwig, teve em 1982 um prejuízo operacional de 48 bilhões de cruzeiros, valor superior a todo o orçamento do Estado do Pará, onde se localiza a sua base de atuação, em igual período.

Esse "deficit" da companhia, atribuído à "dramática" queda de preços no mercado de celulose, foi "superior ao previsto quando de sua transferência para o controle nacional", conforme admitem os seus diretores no relatório anual.

As operações da Jari foram consideradas "razoáveis" pela diretoria, pois de 215.025 toneladas de celulose que produziu a partir de 1,6 milhões de toneladas de madeira extraída das florestas plantadas, foram comercializadas 201.273 toneladas, restando um estoque, calculado no final do ano, de produtos no valor de 10,6 bilhões de cruzeiros. Mas como os preços da celulose experimentaram quedas de mais de 100 dólares por toneladas em relação ao ano anterior, as vendas brutas não foram além de 17 bilhões de cruzeiros, dando uma margem de rentabilidade inferior a Cr\$ 2 bilhões em relação ao custo das mercadorias vendidas.

As despesas operacionais, porém, somaram quase 50 bilhões de cruzeiros, sendo Cr\$ 33 bilhões apenas por causa das variações cambiais ocorridas durante o ano. A Jari, que tem um saldo devedor em moeda estrangeira, devido a vários empréstimos internacionais, no valor de 44 milhões de dólares, foi ainda duramente atingida pela maxidesvalorização do cruzeiro, que se refletirá no orçamento deste ano. Ela precisou pagar ainda 10 bilhões de cruzeiros de despesas financeiras. Por isso, seu prejuízo operacional subiu para 47,9 bilhões de cruzeiros.

Assim, nos quatro últimos exercícios, a Jari acumulou prejuízo próximo de 100 bilhões de cruzeiros, mas grande parte dele foi repassado ao Banco do Brasil, que é quem está pagando todo o custo financeiro do Projeto. O maior problema imediato do empreendimento continua sendo a carência de capital de giro. Quando Ludwig transferiu a Jari a um consórcio formado por 22 grupos econômicos nacionais, o capital so-

cial subscrito e integralizado era de 61,3 bilhões de cruzeiros, colocando-a na posição de maior empresa da região segundo esse critério.

Com o ingresso dos grupos nacionais, à frente Augusto Trajano de Azevedo Antunes, o capital foi aumentado em mais 20,2 bilhões, porém somente 11,4 bilhões foram efetivamente pagos. Os sócios vêm se recusando a fazer novas integralizações depois que efetivaram a última, em março do ano passado. A Jari enfrenta, por isso, enormes dificuldades para manter-se em funcionamento. A falta de capitalização por seus próprios meios, os sócios estão tentando obter um novo empréstimo junto ao Banco do Brasil, mas ainda não conseguiram vencer a resistência de um setor da instituição que não quer fazer mais qualquer aplicação na Jari devido aos riscos de retorno.

No seu relatório anual, a diretoria admite que a situação é crítica, mas vê "indícios" de que o mercado (de celulose) tende a melhorar. Mesmo assim, "dada a relevância da fase adversa vivida em 1982, o assunto está merecendo cuidadoso estudo pela Companhia do Jari", diz o relatório.

Através de entendimentos diretos, a Jari está transferindo alguns de seus encargos para o governo, dele obtendo concessões importantes, além da transferência da responsabilidade pela amortização dos empréstimos ao Banco do Brasil. A hipoteca que gravava os terrenos de Monte Dourado, sede administrativa do Projeto, foi liberada pelo BNDES, complementando assim a transformação daquele núcleo habitacional em comunidade aberta". O BNH deverá financiar a venda de casas em Monte Dourado e nas silvíveis, que a companhia já construiu ou vai construir. A Fundação Sesp assumirá a responsabilidade pelos serviços médico-hospitalares. O MEC vai ajudar na manutenção da rede escolar. E o IBDF deverá destinar recursos do Fiset para o plantio, assim que for instituído o distrito florestal na área.

Todas essas medidas significarão um sensível alívio nos custos do Projeto, mas ainda assim os sócios estão preferindo recorrer a novos empréstimos públicos ao invés de aplicar capital próprio. A diretoria acredita que com a recuperação nos preços da celulose, a empresa voltará a equilibrar-se. Mesmo assim, porém, a Jari ainda enfrenta um sério risco.

Por enquanto a companhia não paga direitos de importação e outros encargos sobre as substanciais importações que realiza porque é beneficiada pelo Befiez (Programa de Benefícios Fiscais para a Exportação). Caso não consiga atingir as metas estabelecidas (como exportar 615 milhões de dólares em 10 anos, deixando um saldo líquido de 340 milhões,) a Jari terá que recolher todos os encargos sobre as importações, acrescidas de juros e correção monetária, o que lhe seria fatal. Considerando que os compromissos estão sendo cumpridos, a diretoria acredita que esse risco "não venha materializar-se".